

**ESTATUTOS**  
DA  
**ASSOCIAÇÃO**  
DE  
**ESTUDANTES**  
DA  
**ESMAVC**

**ESCOLA SECUNDÁRIA MARIA AMÁLIA  
VAZ DE CARVALHO**

M

# Capítulo I

## PRINCÍPIOS GERAIS

### Artigo 1º

#### (Denominação, âmbito e sede)

1 – A Associação de Estudantes da Escola Secundária Maria Amália Vaz de Carvalho, adiante designada por Associação é a organização eleita para representar os alunos da escola.

2 – A Associação tem sede na escola, nos termos previstos no nº 1 do artigo 8º da lei nº 33/87, de 11 de julho.

3 – A Associação é constituída por tempo indeterminado e enquanto funcionar a Escola Secundária Maria Amália Vaz de Carvalho.

### Artigo 2º

#### (Princípios fundamentais)

1 – À associação, para além dos valores da liberdade, igualdade e solidariedade, presidem os seguintes princípios:

a) a Associação é independente de qualquer tipo de organização de cariz político, religioso, entre outros;

b) a Associação rege-se por princípios democráticos e todos os estudantes têm os direitos a participar na vida associativa, eleger e ser eleito para cargos diretivos, bem como ser nomeado para cargos associativos, de acordo com o previsto nestes Estatutos;

c) a Associação goza de autonomia na elaboração dos respetivos Estatutos e demais normas internas, na eleição dos seus órgãos dirigentes, na gestão administrativa e patrimonial, assim como na eleição e execução dos planos de atividade.

2 – A Associação rege-se pelos presentes Estatutos e demais legislação vigente.

### Artigo 3º

#### (Objetivos da Associação)

1 – São objetivos da Associação:

a) Representar os Estudantes e defender os seus interesses;

b) Promover a excelência académica dos alunos da escola;

c) Estabelecer a ligação entre a escola e os seus associados com a actualidade do país e do mundo;

d) Participar em todas as questões de interesse estudantil, designadamente na definição da política de ensino.

2 – Outros objetivos poderão vir a ser definidos pelos órgãos desta Associação ou através do programa pelo qual foram eleitos.

### Artigo 4º

#### (Sigla / Símbolo)

1 – A Associação tem como sigla AEESMAVC.

2 – A Associação pode ser simbolizada por um emblema/ logótipo que venha a ser aprovado pelos seus órgãos sociais.

3 – Cada órgão social pode também ser simbolizado por um emblema ou logótipo separadamente.

## Capítulo II



### SÓCIOS

#### Artigo 5º

##### (Sócios Efetivos)

1 – São sócios efetivos da Associação todos os alunos matriculados na Escola Secundária Maria Amália Vaz de Carvalho.

#### Artigo 6º

##### (Direitos)

1 – São direitos dos sócios efetivos:

- a) Usufruir das regalias que a Associação possa proporcionar;
- b) Participar nas atividades da Associação;
- c) Participar nas Assembleias Gerais;
- d) Eleger e ser eleito para os órgãos sociais, assim como ser nomeado para cargos associativos;
- e) Convocar a Assembleia Geral, de acordo com o estipulado no Artigo 16º.

#### Artigo 7º

##### (Deveres)

1 – São deveres dos sócios efetivos:

- a) Respeitar o disposto nos presentes Estatutos;
- b) Participar ativamente nas atividades da Associação;
- c) Contribuir para o prestígio da Associação;
- d) Respeitar os órgãos sociais da Associação e da Escola.

## Capítulo III

### FINANÇAS E PATRIMÓNIO

#### Artigo 8º

##### (Receitas e Despesas)

1 – Consideram-se receitas da Associação as seguintes:

- a) Apoio Financeiro concedido pelo Estado ou outra instituição pública, com vista ao desenvolvimento das suas atividades;
- b) Receitas provenientes das suas atividades;
- c) Donativos.

2 – As despesas da Associação serão apuradas mediante a movimentação de verbas consignadas no orçamento.

#### Artigo 9º

##### (Património)

1 – Constituem património da Associação todos os bens cedidos pelo Estado ou outras entidades públicas ou privadas, as receitas provenientes das suas atividades, bem como donativos, para o normal exercício da sua atividade.

# Capítulo IV



## ÓRGÃOS DA ASSOCIAÇÃO

### SECÇÃO I – Generalidades

#### Artigo 10º

##### (Definição)

1 – São órgãos da Associação a Assembleia Geral, a Mesa da Assembleia Geral, a Direção e o Conselho Fiscal.

#### Artigo 11º

##### (Mandato)

1 – O mandato ordinário dos órgãos da Associação é de um ano.

#### Artigo 12º

##### (Dissolução)

1 – A Direção pode ser dissolvida pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral:

- a) a pedido do Presidente da Direção;
- b) caso não haja suplentes para preencher vagas na Direção;
- c) caso a Assembleia Geral ou a Assembleia de Delegados aprovem uma moção de censura à Direção.

2 – O Conselho Fiscal é dissolvido caso se verifique:

- a) a demissão do Presidente do Conselho Fiscal;
- b) a demissão do Presidente da Direção;
- c) a dissolução da Direção.

3 – A Direção não pode ser dissolvida a partir do dia 15 de maio até ao final do seu mandato ordinário.

### SECÇÃO II – Assembleia Geral

#### Artigo 13º

##### (Definição)

1 – A Assembleia Geral é o órgão deliberativo máximo da Associação.

#### Artigo 14º

##### (Composição)

1 – Compõem a Assembleia Geral todos os alunos matriculados na Escola Secundária Maria Amália Vaz de Carvalho.

2 – Cada membro tem direito a um voto.

3 – A Assembleia Geral pode ser representada pela Assembleia de Delegados, sendo esta constituída por todos os Delegados de Turma da Escola.

4 – Caso a Assembleia Geral decorra sob a forma de Assembleia de Delegados, deve ter-se em conta os seguintes pontos acerca das mesmas:

a) Podem ser trazidos para as reuniões resultados de votações realizadas nas turmas, opiniões, críticas e sugestões;

b) Os Delegados de Turma podem participar em votações em nome das turmas que representam;

c) Em caso de impedimento de um Delegado de Turma, podem ser delegadas as suas funções no Subdelegado de Turma, ou, excecionalmente, num colega da mesma Turma com justificação assinada pelos Delegado e Subdelegado de Turma.

### **Artigo 15º**

#### **(Competências)**

1 – Compete à Assembleia Geral:

- a) Deliberar sobre todos os assuntos respeitantes à Associação;
- b) Eleger a Mesa da Assembleia Geral e a Direção;
- c) Aprovar e/ou alterar os Estatutos.

## **SECÇÃO III – Mesa da Assembleia Geral**

### **Artigo 16º**

#### **(Composição)**

1 – A Mesa da Assembleia Geral é composta pelo Presidente da Mesa e por dois Secretários nomeados de entre os Delegados de Turma.

2 – A Mesa da Assembleia Geral tem competência para convocar, dirigir e participar na Assembleia Geral.

3 – A convocatória da Assembleia Geral ou da Assembleia de Delegados deve ser feita com pelo menos oito dias de antecedência e nos termos da lei. A convocatória para além de indicar o dia, hora e local da reunião deve conter a respetiva ordem de trabalhos.

4 – A convocatória da Assembleia Geral deve ser feita pelo menos uma vez em cada ano.

5 – O Presidente da Mesa pode também convocar a Assembleia Geral para sessões extraordinárias nos seguintes casos:

- a) Por iniciativa do próprio;
- b) A pedido da Direção;
- c) A pedido do Conselho Fiscal;
- d) Mediante requerimento subscrito por pelo menos 10% dos sócios.

### **Artigo 17º**

#### **(Funcionamento)**

1 – A Assembleia Geral delibera com o voto de mais de metade dos alunos presentes.

2 – As decisões da Assembleia Geral são tomadas por maioria absoluta, à exceção da alteração dos Estatutos e da aprovação de uma moção de censura à Direção, que terão de conseguir uma maioria de dois terços.

3 – As deliberações da Assembleia Geral são tomadas por voto secreto.

### **Artigo 18º**

#### **(Competências dos Membros da Mesa da Assembleia Geral)**

1 – Compete ao Presidente:

- a) Dirigir os trabalhos da Assembleia Geral;
- b) Usar o voto de qualidade em caso de empate;
- c) Assinar, com os restantes elementos da Mesa, as atas da Assembleia Geral;
- d) Investir nos respetivos cargos os alunos eleitos, assinando com eles as atas de posse que mandará lavrar;
- e) Rubricar as folhas dos principais livros da Associação;

f) Dissolver os órgãos da Associação nos termos do que está disposto no artigo 12º dos presentes Estatutos.

2 – Compete aos Secretários:

- a) Elaborar as atas das reuniões;
- b) Prover o expediente da Mesa;
- c) Executar todos os serviços que lhes forem cometidos pelo Presidente.

### **Artigo 19º**

#### **(Demissões)**

- 1 – Caso se demitam ou sejam demitidos pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral, devem ser nomeados no espaço de 5 dias úteis novos Secretários para a Mesa da Assembleia.
- 2 – No caso de demissão do Presidente da Mesa da Assembleia Geral, a Mesa é dissolvida e o Presidente da Direção assume as suas funções interinamente.
- 3 – Num espaço de quinze dias úteis a Assembleia de Delegados deve reunir extraordinariamente e eleger o novo Presidente da Mesa da Assembleia Geral.
- 4 – Para se ser candidato é necessário ser-se proposto por cinco Delegados no mínimo.
- 5 – A Assembleia de Delegados deve eleger o Presidente da Mesa da Assembleia Geral por maioria absoluta dos votos expressos. Caso nenhum candidato receba a maioria absoluta de votos expressos, deverá realizar-se uma segunda volta entre os dois candidatos mais votados.

## **SECÇÃO IV – Direção**

### **Artigo 20º**

#### **(Composição)**

- 1 – A Direção é composta pelo Presidente, pelo Secretário-geral, pelo Tesoureiro, que também preside ao Conselho Fiscal e por quatro vogais com pelouros atribuídos pelo Presidente.
- 2 – A Direção reúne ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente sempre que o Presidente a convocar. As resoluções tomadas só terão validade quando aprovados por uma maioria de votos, sendo que o Presidente tem voto de qualidade.
- 3 – O Secretário-geral redige as sínteses das reuniões da Direção, que serão assinadas por todos os membros que estiverem presentes.
- 4 – São incompatíveis o desempenho das funções de membro da Direção e de Delegado de Turma.

### **Artigo 21º**

#### **(Competências)**

- 1 – À Direção compete:
  - a) Cumprir e fazer cumprir estes Estatutos e as deliberações da Assembleia Geral;
  - b) Dirigir, administrar, representar e zelar pelos interesses da Associação;
  - c) Elaborar o plano de atividades e as candidaturas aos apoios para a sua execução;
  - d) Coordenar e orientar o trabalho da Associação;
  - e) Elaborar e propor à votação em Assembleia Geral os regulamentos que considerar convenientes ao eficiente funcionamento da Associação, assim como as respetivas alterações quando as entender necessárias;
  - f) Promover conferências, espetáculos, concursos, exposições e outras manifestações que possam contribuir para atingir os objetivos da Associação, e exercer as demais competências previstas na lei ou decorrentes da aplicação destes Estatutos ou de Regulamentos Internos;
  - g) Requerer ao Presidente da Assembleia Geral a convocação extraordinária da mesma, sempre que julgue necessário;

h) Escolher e nomear representantes para todo e qualquer ato oficial em que a Associação tenha de figurar.

### **Artigo 22º**

#### **(Competências dos Membros da Direção)**

1 – Ao Presidente da Direção compete:

- a) convocar e presidir às reuniões da Direção;
- b) a atribuição dos pelouros aos membros da Direção;
- c) representar a Associação em atos públicos, fazendo-se representar em caso de impossibilidade.

2 – Ao Secretário-geral da Direção compete:

- a) convocar e presidir às reuniões da Direção, quando o Presidente não o pode fazer ou quando este o indica;
- b) representar a Associação em atos públicos em caso de impossibilidade do Presidente o fazer.

3 – Ao Tesoureiro compete:

- a) arrecadar e depositar em lugar seguro os apoios e outros rendimentos da Associação;
- b) apresentar, na sessão mensal o balanço do movimento financeiro do mês anterior;
- c) organizar os balanços anuais e demonstrações de contas de receitas e de despesas;
- d) dirigir a política financeira e orçamental da Associação.

4 – Aos Vogais competem:

- a) desempenhar as funções exigidas pelos pelouros atribuídos pelo Presidente da Direção;
- b) coadjuvar o Presidente da Direção nas tarefas diretamente relacionadas com os pelouros.

### **Artigo 23º**

#### **(Demissões)**

1 – A demissão de um membro da Direção implica a sua imediata substituição pelo suplente seguinte na Lista.

2 – Caso o Presidente da Direção se demita, este órgão deverá reunir-se no espaço de cinco dias úteis para eleger um novo Presidente da Direção de entre os seus membros.

3 – O Presidente eleito deverá, no espaço de três dias, apresentar ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral a nova distribuição de pelouros na Direção, para este lhes conferir posse.

### **Artigo 24º**

#### **(Responsabilidades)**

1 – Cada membro da Direção é pessoalmente responsável pelos atos e solidariamente responsável por todas as medidas tomadas de acordo com os restantes membros da Direção.

## **SECÇÃO V – Conselho Fiscal**

### **Artigo 25º**

#### **(Composição)**

1 – O Conselho Fiscal é composto pelo Tesoureiro da Direção, que preside, e dois Secretários nomeados pelo Tesoureiro de entre os membros da Assembleia de Delegados.

### **Artigo 26º**

#### **(Responsabilidades)**

1 – Cada membro do Conselho Fiscal é pessoalmente responsável pelos seus atos e solidariamente responsável por todas as medidas tomadas de acordo com os restantes membros do Conselho Fiscal.

## Artigo 27º

### (Competências)

1 – Ao Conselho Fiscal compete:

- a) Fiscalizar a administração realizada pela Direção e dar parecer fundamentado sobre o relatório de contas apresentado por aquele órgão;
- b) Assegurar todas as demais competências que lhe sejam atribuídas por lei ou que decorram da aplicação dos Estatutos, regulamentos ou regimentos da Associação.

# Capítulo V

## ELEIÇÕES

## Artigo 28º

### (Elegibilidade)

1 – São elegíveis para os órgãos da Associação todos os estudantes matriculados na Escola e que não tenham ocorrido em processos disciplinares durante o Ensino Secundário.

## Artigo 29º

### (Processo Eleitoral)

1 – O Presidente da Mesa da Assembleia Geral deve convocar a Assembleia de Delegados para informar da ocorrência do processo eleitoral.

2 – O dia das eleições para Presidente da Mesa da Assembleia Geral e Direção é a segunda sexta-feira a seguir ao dia 1 de Novembro em que a escola esteja em funcionamento.

3 – O processo eleitoral tem quatro fases:

- a) apresentação de candidaturas;
- b) pré-campanha eleitoral
- c) campanha eleitoral;
- d) eleições gerais.

## Artigo 30º

### (Comissão Eleitoral)

1 – A Comissão Eleitoral (C.E.) é o órgão encarregue de presidir e fiscalizar, em primeira instância, todo o processo eleitoral, guiando-se por critérios de imparcialidade, responsabilidade e isenção.

2 – A C.E. é composta por um Presidente, um vogal e um professor designado pela Direção da Escola.

## Artigo 31º

### (Competências da Comissão Eleitoral)

1 – Compete à Comissão eleitoral:

- a) Publicitar o processo eleitoral, nomeadamente o prazo para entrega das listas e os dias exatos da campanha eleitoral e da eleição;
- b) Receber a documentação necessária proveniente das listas concorrentes;
- c) Fazer cumprir os artigos relativos à campanha eleitoral;
- d) Elaborar os cadernos eleitorais juntamente com a Direção da Escola;
- e) Realizar a impressão dos boletins de voto;
- f) Avaliar os pedidos de impugnação;
- g) Publicar os resultados eleitorais e proclamar a lista vencedora.

## **Artigo 32º**

### **(Candidaturas)**

- 1 – As disposições do presente artigo aplicam-se à eleição do Presidente da Mesa da Assembleia Geral e da Direção.
- 2 – As candidaturas terão de ser entregues ao Presidente da Comissão Eleitoral até à data estipulada por este.
- 3 – Depois de analisadas e admitidas ao ato eleitoral, as Listas serão identificadas através de um nome escolhidas pelas mesmas, com um máximo de vinte letras, sendo posteriormente afixadas em local bem visível num prazo inferior a vinte e quatro horas.
- 4 – A Mesa Eleitoral deverá ser composta por um membro da C.E. que, por inerência, preside à Mesa Eleitoral e por um representante de cada Lista concorrente, com suplente previamente indicado. Ao membro da C.E., representantes designados pelas Listas e respetivos suplentes deverão ser atribuídas credenciais por forma a identifica-los. Não é permitida a presença de um representante e suplente da mesma Lista simultaneamente na Mesa Eleitoral, bem como a presença de pessoas que não tenham sido previamente designadas para tal efeito.
- 5 – Todas as reclamações e/ou impugnações apresentadas até vinte e quatro horas após o encerramento do ato eleitoral serão apreciadas pela Comissão Eleitoral. Ultrapassado este período, é considerado encerrado o ato eleitoral e apresentados os resultados definitivos. Se a impugnação for julgada procedente, repetir-se-á o ato eleitoral num prazo de uma semana.
- 6 – A admissão de candidaturas só se efetuará mediante o cumprimento escrupuloso das disposições aplicáveis dos presentes estatutos. À Comissão Eleitoral compete a verificação dos processos de candidatura, sendo a sua decisão inapelável.
- 7 – Ao provar-se distúrbios ou fraudes eleitorais provocadas por membros de uma Lista, a eleição deverá ser de imediato interrompida e a respectiva candidatura retirada do ato eleitoral. A C.E. deverá propor uma nova data para a realização das eleições no espaço de uma semana e garantir que a Lista causadora dos atos referidos não figure no boletim de voto.

## **Artigo 33º**

### **(Forma de Apresentação das Listas)**

- 1 – Cada Lista deverá ser apresentada numa folha A4, em que deverão constar:
  - a) um candidato a Presidente da Mesa da Assembleia Geral;
  - b) sete candidatos a membros da Direção e pelo menos quatro suplentes;
  - c) a identificação de todos os candidatos com o nome completo, número, turma e assinatura;
  - d) a apresentação de um programa.
- 2 – As Listas têm de ser constituídas, obrigatoriamente, por um mínimo de um meio de alunos não inscritos, até à data, no 12º ano de escolaridade, bem como uma quota mínima de 1/3 para o género menos representado.
- 3 – As listas completas deverão ser entregues à C.E. até ao final do prazo marcado por essa Comissão.

## **Artigo 34º**

### **(Campanha Eleitoral)**

- 1- A pré- campanha eleitoral começará assim que as listas forem aprovadas e publicadas fisicamente na escola. Durante este período, e até às eleições, é apenas permitida a divulgação online e a realização de eventos fora do espaço e tempo escolares. O não cumprimento dos aspetos anteriores leva à desqualificação da lista.
- 2 – A campanha eleitoral decorrerá na segunda-feira, na terça-feira e na quarta-feira anteriores à eleição. A quinta-feira é o dia de reflexão e a sexta-feira o dia da eleição.

3 – Nestes três dias são permitidas a afixação de cartazes, a realização de sessões de esclarecimento do programa eleitoral, distribuição de panfletos e de outros objetos de campanha. É permitido o uso da Internet como forma de campanha.

4 – É obrigatória a realização de um debate público entre um representante de cada Lista. O debate deve ser realizado num dos dias de campanha, preferencialmente no último, e num local com capacidade para receber os alunos com interesse em participar. O debate deve seguir o formato de perguntas colocadas pelos alunos e respostas dadas pelos candidatos. O espaço onde se realizará o debate, a sua duração e a sua moderação devem ser estipulados entre os candidatos e a Comissão Eleitoral.

5 – É proibida a cedência de espaços públicos da escola a uma só Lista, ou com a finalidade de organização de um ou diversos eventos de campanha de uma Lista. Nenhuma Lista deve fugir aos padrões de campanha, podendo a sua candidatura ser retirada das eleições.

### **Artigo 35º**

#### **(Funcionamento da Assembleia de Voto)**

1 – A Assembleia de Voto é presidida pela Mesa Eleitoral.

2 – A Assembleias de Voto funcionará entre as 9 e as 17 horas.

3 – Podem votar todos os alunos matriculados na Escola Secundária Maria Amália Vaz de Carvalho que apresentem um documento identificativo com nome e fotografia.

4 – Após o encerramento da Assembleia de Voto, a Comissão Eleitoral deverá proceder à contagem dos votos descarregados em urna e do número de votantes, na presença dos membros da Mesa Eleitoral.

5 – Quaisquer irregularidades que ocorram ou que sejam notáveis durante a contagem dos votos devem ter como consequência a anulação do ato eleitoral.

### **Artigo 36º**

#### **(Sistema Eleitoral)**

1 – Os órgãos da Associação são eleitos por sufrágio universal, direto e secreto.

2 – Será eleita para a Presidência da Mesa da Assembleia Geral e para a Direção a Lista que obtiver o maior número de votos validamente expressos.

3 – Caso as Listas mais votadas tenham recebido exatamente o mesmo número de votos, deverá realizar-se uma segunda volta entre estas, sendo eleita a mais votada.

### **Artigo 37º**

#### **(Impugnações)**

1 – Constituem motivos de impugnação todos os atos que firam notoriamente a liberdade de voto, o sigilo do sufrágio e todas as práticas que possam ter como consequência a alteração significativa dos resultados eleitorais.

2 – Os pedidos de impugnação, devidamente fundamentados, deverão ser apresentados à C.E. que decidirá no prazo máximo de quarenta e oito horas.

3 – Sendo aceite a impugnação, a C.E. determinará a repetição dos atos impugnados e subsequentes.

### **Artigo 38º**

#### **(Tomada de Posse)**

1 – O Presidente da Mesa da Assembleia Geral eleito assume funções no dia seguinte à publicação dos resultados eleitorais. Em seguida, deve nomear os dois Secretários da Mesa da Assembleia Geral.

2 – Os membros da Direção assumem funções no dia seguinte à publicação dos resultados eleitorais. Na primeira reunião devem eleger, de entre os seus membros, o Presidente da Direção. O Presidente da

Direção eleito deve atribuir os pelouros aos restantes membros da Direção e apresentá-los ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, para este lhes conferir posse.

3 – Em seguida, o Tesoureiro designado deve nomear os dois Secretários para o Conselho Fiscal.

### **Artigo 39º**

#### **(Sala da Associação de Estudantes)**

1 – É dado acesso à Sala da Associação aos órgãos sociais da Associação até três dias úteis após a sua tomada de posse.

2 – As condições de uso da sala são decididas pela Escola consoante as normas e o Regulamento Interno em vigor.

## Capítulo VI

### DISPOSIÇÕES FINAIS

### **Artigo 40º**

#### **(Aprovação)**

1 – Os presentes Estatutos serão oficiais se forem aprovados por uma maioria absoluta de votos expressos pela Assembleia Geral ou pela Assembleia de Delegados.

### **Artigo 41º**

#### **(Revisão)**

1 – Futuras revisões dos presentes Estatutos só poderão ser aprovadas por uma maioria de dois terços dos votos expressos pela Assembleia de Delegados e por uma maioria absoluta dos votos expressos pela Assembleia Geral.

### **Artigo 42º**

#### **(Moção de Censura)**

1 – Para ser aprovada, uma Moção de Censura tem de obter:

- a) uma maioria absoluta dos votos expressos pela Assembleia Geral;
- b) uma maioria qualificada de 2/3 dos votos expressos pela Assembleia de Delegados.

2 – Caso seja aprovada uma moção de censura à Direção, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral tem quatro dias para dissolver e convocar eleições intercalares para a Direção.

3 – Uma moção de censura não poderá ser aprovada a partir do dia 11 de maio até ao final do mandato ordinário dos órgãos da Associação. As moções de censura que tenham sido submetidas, mas não votadas, caducam tacitamente a partir do dia 11 de Maio.

### **Artigo 43º**

#### **(Eleições Intercalares)**

1 – Após dissolver a Direção, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral convoca, no espaço de dez dias úteis, uma eleição intercalar para a Direção da Associação.

2 – O dia da eleição intercalar deverá ser uma sexta-feira escolhida pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral, o dia da reflexão será o dia anterior à eleição e a campanha eleitoral na segunda-feira, na terça-feira e na quarta-feira anteriores à eleição.

3 – O mandato da Direção eleita em eleições intercalares é o restante período do mandato para o qual a anterior Direção foi eleita.

#### Artigo 44º

##### (Casos Omissos)

1 – Os casos omissos serão decididos pela Assembleia de Delegados após ouvidos o Presidente da Mesa da Assembleia Geral e o Presidente da Direção.

#### Artigo 45º

##### (Data de entrada em vigor dos Estatutos)

1 – Os Estatutos da Associação de Estudantes da Escola Secundária Maria Amália Vaz de Carvalho foram aprovados no dia 5 de junho de 2013.

2 – Os Estatutos da Associação de Estudantes da Escola Secundária Maria Amália Vaz de Carvalho que entraram em vigor no dia 5 de junho de 2013, foram alterados em Assembleia Geral no dia 8 de maio de 2024.

## Homologação pelos Órgãos da Associação de Estudantes

Assembleia Geral

Ester Cunha

(Ester Cunha)

Direção

Duarte de Melo Cruz

(Duarte Cruz)

Conselho Fiscal

Rafael Lima

(Rafael Lima)

## Homologação pela Direção da Escola

Diretor

Nuno Miguel da Cruz Baião

(Nuno Baião)